

Artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático em uma feira livre

Arts of saying, nourishing and making ethnomathematics in a free fair

SHIRLEY PATRÍCIA NOGUEIRA DE CASTRO E ALMEIDA ¹

EDSON CRISOSTOMO ²

Resumo

Neste trabalho tivemos por objetivo identificar os saberes e fazeres dos feirantes e fregueses que fazem a feira do bairro Major Prates, em Montes Claros, região Norte de Minas Gerais. Por meio da observação das relações tecidas naquele espaço, desenvolvemos uma investigação sobre as práticas cotidianas no contexto da Feira Livre, a partir da análise das artes de dizer, de nutrir e de fazer etnomatemático. Fizemos uma análise qualitativa dos gestos e vozes dos sujeitos que fazem a feira que evidenciam uma utilização eficiente de conceitos matemáticos em sua prática comercial cotidiana. Verificamos que a Feira do Major Prates tem se consolidado por sua vocação marcadamente hortifrutigranjeira, bem como pela possibilidade de convivência familiar das pessoas que a frequentam para se nutrir, divertir-se e trabalhar.

Palavras-chave: *Etnomatemática; Arte de dizer; Arte de nutrir; Arte de fazer.*

Abstract

This work aims to identify the knowledges and achievements of the stallholders and customers who "make the fair" of the Major Prates neighborhood, in Montes Claros, the northern region of Minas Gerais. Through the observation of the relationships woven in that space, we developed an investigation about the daily practices in the Free Fair's context, from the analysis of the arts of saying, nourishing and making ethnomathematics. We made a qualitative analysis of the gestures and voices of the subjects who "make the fair" that shows an efficient use of mathematical concepts in their daily commercial practice. We have verified that the Major Prates' Fair has been consolidated by its vocation markedly "hortifrutigranjeira", as well as by the possibility of familiar coexistence of the people who attend it to nourish, have fun and work.

Keywords: *Ethnomathematics; Art of saying; Art of nourishing; Art of making.*

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG, Brasil) e professora do Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais na Universidade Estadual de Montes Claros (Montes Claros, MG, Brasil). E-mail: shirley.castroalmeida@yahoo.com.br

² Doutor em Didática da Matemática pela Universidade de Granada (Granada, Espanha) e professor do Departamento de Ciências Exatas na Universidade Estadual de Montes Claros (Montes Claros, MG, Brasil). E-mail: edsoncrisostomo@yahoo.es

Introdução

Neste trabalho apresentamos parte de uma pesquisa na perspectiva de um estudo de caso, na qual investigamos os saberes e fazeres dos sujeitos sociais da Feira Livre do bairro Major Prates, na cidade de Montes Claros, região Norte de Minas Gerais, a partir de suas artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático, enquanto práticas cotidianas. Analisamos as artes de dizer – jocosidades, performances e jogos corporais para atrair clientes e que esteticizam o espaço da cidade; as artes de nutrir – gestos de manipulação da matéria, tais como o toque, a degustação, a escolha dos produtos a serem consumidos após a feira; as artes de fazer – evidenciadas em estratégias de calcular, estimar trocos, realizar medições. Essas artes caracterizam uma etnomatemática praticada cotidianamente por meio de operações contextuais, eficientes, inclusive para pessoas sem o domínio da leitura e da escrita, como formas que reinventam as clássicas fórmulas matemáticas, a partir de suas práticas sócio-educativo-econômico-culturais (CERTEAU, 1994; D'AMBRÓSIO, 1990). Nesse sentido, fez-se necessário repensar as noções de indivíduo, sociedade e cultura em suas complexas e múltiplas relações e redes de significado, tecidas no dia de feira (VELHO, 1999).

Dessa forma, é reconhecida uma rede de sociabilidades e territórios tecidos por feirantes e fregueses que trocam produtos, saberes, fazeres, estratégias de comprar e vender por melhor preço, risos, jocosidades, enfim, realizam a feira e constroem, ao mesmo tempo, sua história. No valor atribuído ao alimento comprado na feira livre, está embutida uma série de outros aspectos, desde a relação com o feirante até as formas de manipular a matéria do alimento. Nesse sentido, a feira apresenta-se, ela mesma, como um produto a ser consumido.

Assim, a Feira do Major Prates permanece como espaço preferencial de boa parte dos montes-clarenses no desenvolvimento e realização de atividades comerciais e sociais, resistindo à expansão de estabelecimentos de varejo e aos apelos de modernos estabelecimentos de compra e venda. Evidencia-se como lugar de encontros e desencontros, de tessituras várias, da tradição norte-mineira, das conversas fiadas e também, daquelas com propósito, das sociabilidades, compras, vendas, trocas, das múltiplas territorialidades, sejam elas econômicas ou sócio-culturais, engendradas pelos feirantes e fregueses, constituindo, assim, uma trama de relações no domingo de feira.

Nossa plataforma teórica se firma nas teorias de Certeau (1994), Certeau, Giard e Mayol (1996), D'Ambrósio (1986, 1993, 2005a, 2005b), Durand (2002), Mauss (1974) e outros autores que fazem a leitura da cotidianidade e as práticas enredadas na feira livre.

Nosso objetivo, ao realizar esta pesquisa, constituiu-se em investigar os saberes e fazeres dos sujeitos sociais da Feira Livre do bairro Major Prates, por meio de suas artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático, enquanto práticas matemáticas cotidianas. A fim de alcançar esse objetivo, definimos outros, quais sejam: analisar as artes de dizer, nutrir e fazer como formas de estetização do espaço da cidade onde é efetivada socialmente a feira; determinar a existência de um modo distintivo como a Matemática, ou práticas etnomatemáticas são expressas na Feira, a partir dos modos particulares de raciocinar, logicamente traduzidos por diferentes modos de quantificar, calcular e medir dos seus sujeitos.

A coleta de dados se deu por trabalho de campo realizada nessa Feira Livre. Inspirados em uma antropologia urbana no Brasil, nesta pesquisa nos ocupamos das formas de apropriação do espaço da rua, onde está localizada a Feira Livre, e dos conhecimentos matemáticos não-convencionais, construídos por atividades de comércio de alimentos, e as configurações que essas práticas podem evocar no contexto da cidade.

No entender de Bourdieu (1985), nesse modo de tomar o espaço a principal virtude do pesquisador é a atenção às sutilezas. As feiras são lugares permeados de sutilezas. Feirantes e fregueses apropriam-se desses espaços, protagonizando espetáculos de compra, venda e permuta de variados produtos, utilizando, para isso, um arsenal próprio de saberes, estratégias, gestos, linguagens e fazeres matemáticos.

Foi a feira livre, com seus espetáculos, que se configurou como locus desta pesquisa, que teve como objeto os saberes e fazeres dos sujeitos sociais da Feira Livre do bairro Major Prates, por meio de suas artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático, enquanto práticas cotidianas.

O interesse de pesquisa dos fazeres e saberes matemáticos desenvolvidos e consolidados entre grupos sociais e culturais se deu pela constatação, em caráter de hipótese, que essa forma de conhecimento em seu devido contexto, tem uma utilização eficiente; todavia, é negada pelos espaços de educação formal, como escolas e a própria universidade.

Elegemos como estratégia de pesquisa o estudo de caso, analisando os modos característicos como as pessoas executam suas funções que, muitas vezes, diferem da forma como as definições dos processos sugerem que elas devam fazer. Conforme Martins (2006), os procedimentos de um estudo de caso não são rotinizados e faz-se

necessário o controle dos vieses que surgem ao longo do processo de construção do estudo.

Adotamos como técnicas de coletas de dados informações e evidências: a pesquisa bibliográfica em materiais afins; a pesquisa documental, que teve como base fontes impressas constituídas principalmente de dados fornecidos pelas Secretarias de Desenvolvimento Econômico (SMDE) e de Planejamento e Coordenação Estratégica (SEPLAN) da Prefeitura Municipal de Montes Claros; a observação das atividades realizadas em dia de feira; as conversas e entrevistas com os sujeitos sociais envolvidos. O universo investigado foi composto pelas pessoas diretamente envolvidas na Feira do bairro Major Prates: os feirantes e os fregueses.

Utilizamos a avaliação qualitativa na análise das respostas às entrevistas com feirantes e fregueses, gravadas em áudio, e nas observações registradas no plano de observação dos fazeres e dizeres cotidianos daqueles que “fazem a feira” e também de outros participantes, funcionários da Prefeitura Municipal de Montes Claros, que colaboraram na coleta de informações sobre o bairro Major Prates e, sobretudo, sobre a Feira. Fizemos a análise documental dos registros produzidos pela SMDE, SEPLAN acerca da Feira Livre do bairro Major Prates, bem como de documentos da Associação de Feirantes e Fregueses da Feira Livre do Grande Major Prates e região.

Antes de entrar no espaço da feira, faz-se necessário considerarmos os elementos que despertaram nosso interesse para esta pesquisa. Assim, para descrevermos o cenário em que se desenrolou este estudo de caso, é importante ressaltar, uma vez mais, que essa Feira Livre está situada no bairro Major Prates, caracterizado por uma intensa sociabilidade de rua. Há grande circulação de pessoas durante a semana, caminhando, trabalhando e interagindo pelas ruas do bairro. Grupos de pessoas param em frente aos armazéns e supermercados para um “papo rápido” ou para tomar os ônibus locais ou intermunicipais. No período noturno, a sociabilidade se revela nas mesas de bares “ao ar livre” ou nos pontos de lanche. Combinado a isso, há farmácias, lojas de confecções, consultórios médicos e odontológicos, bem como residências.

Na confluência desses aspectos, iniciamos nossa observação participante, verificando uma nova e intensa formatação daquele espaço, no domingo, por ocasião da realização da feira livre, constituindo-se num “espaço praticado” no cotidiano do bairro (CERTEAU, 1994).

A observação participante como uma técnica importante de “descoberta” das formas de vida do “nativo”, a partir da convivência intensa com o grupo ou sociedade a ser estudada,

apresentou-se como um instrumento importante de análise da dinâmica da Feira Livre, onde a vivência de algumas situações no interior da mesma ou dentro de alguma banca proporcionaram uma constante “vigilância epistemológica” de nossa parte. Considere-se, ainda, o fato de sermos moradores da cidade de Montes Claros e frequentadores da Feira, fazendo, assim, a interpretação desse fenômeno social no meio urbano (GEERTZ, 1989). A partir da convivência e interação com os sujeitos que compõem esse ambiente, feirantes e fregueses, buscamos conhecer suas artes de dizer, nutrir e fazer.

Ao nos propormos desenvolver este trabalho, ousamos articular a teoria de Certeau (1994) sobre as artes de fazer à Etnomatemática elaborada por D’Ambrósio (1990).

Nesse sentido, propusemo-nos revelar o modo distintivo da Matemática expressa na feira, nos modos particulares de raciocinar logicamente traduzidos por diferentes modos de quantificar, calcular e medir. D’Ambrósio (2005a, p. 5) refere-se a esses “saber e fazer”, de maneira ampla, como “a arte ou técnica de explicar, de conhecer, de entender nos contextos culturais”, concepção que está, segundo o autor, próxima de uma teoria da cognição. “Isto se deriva da adoção de um conceito mais amplo de ciência, que permite analisar práticas comuns de diferentes povos que, aparentemente, são formas desestruturadas de conhecimento” (D’AMBRÓSIO, 1990, p. 5). Envolve o reconhecimento de técnicas ou habilidades práticas utilizadas por distintos grupos culturais: na busca de explicar, de conhecer, de entender o mundo que os cerca, a realidade a eles sensível; bem como no entendimento do manejo dessa realidade em seu benefício e em benefício de seu grupo.

A partir de nosso estudo, esperamos oferecer subsídios para a identificação dos fatores relacionados ao nutrir, dizer e fazer etnomatemático, enquanto práticas cotidianas, que colaboram para a estetização do espaço da cidade onde é efetivada socialmente a Feira, assim como determinar a existência de um modo distintivo com que a Matemática ali é expressa.

Surgimento das Feiras Livres

Atribui-se à Idade Média a oficialização das feiras. Em Roma as regras de sua criação e funcionamento dependiam da intervenção e garantia do Estado, que atuava como disciplinador, fiscalizador e cobrador de impostos. Rezende (1992) descreve, no pensamento platônico, uma extensão do conceito de sociedade, atribuindo a ela a condição de saúde dos indivíduos, acrescentando o campo da alma e a necessidade de

estar em harmonia com o corpo, uma mente sã em um corpo saudável. Nesse sentido, o equilíbrio interno do homem, com a organização social e a natureza são sinônimos de saúde para a antiguidade grega. Podemos articular esse conceito às performances do homem nas feiras, haja vista que a vida social na antiguidade grega também girava em torno desses fenômenos.

Do ponto de vista da epistemologia global (JAPIASSU, 1975), as feiras são fenômenos econômicos, educacionais e sócio-culturais antigos, presentes na cultura asteca, conhecidos por gregos e romanos. A partir da revolução comercial (século XI), as feiras adquiriram notoriedade e firmaram-se entre as camadas mais populares em locais onde a população realizava trocas ou vendia seus produtos.

No Brasil, há evidências de feiras livres desde os tempos da colonização e, apesar da modernidade, elas resistem, sendo, em muitas cidades do interior do país, o único local de comércio da população, funcionando também como centros de educação, cultura e entretenimento (FORMAN, 1979).

No entender de Braudel (1998), a principal causa da origem das feiras foi a formação de excedentes de produção, havendo a necessidade de troca de mercadorias, primeiramente, entre grupos vizinhos e, posteriormente, disponibilizando os produtos para grupos do entorno das comunidades. O movimento de surgimento das feiras foi acompanhado de uma demanda natural das pessoas por oferecer um ambiente onde se pudesse agregar a maioria dos produtos, disponibilizando-os a um maior número de pessoas, vendendo ou trocando excessos por outros produtos dos quais se tinha falta. É importante destacar que as autoridades tinham grande interesse quanto à colocação de feiras em suas regiões, porque elas contribuíam para o aumento do fluxo de recursos, bem como seriam negociados os produtos da própria comunidade.

Nesse sentido, Huberman (1976) pondera uma distinção fundamental entre mercado e feira, pois, no primeiro, em menores proporções eram negociados os produtos locais, de origem agrícola. Na segunda, de maiores proporções, eram negociadas mercadorias vindas de diversos pontos do mundo. A feira livre era o centro distribuidor, onde os grandes mercadores compravam e vendiam as mercadorias oriundas do Oriente e Ocidente.

As feiras livres constituem o princípio fundamental dos mercados. Numa abordagem sócio-econômica, elas representam um ponto de encontro entre vendedores e compradores, feirantes e fregueses, para realizar todo tipo de troca de produtos (BRAUDEL, 1998). Nos tempos modernos, as feiras têm diversificado o oferecimento de

produtos. Especialmente as que conhecemos hoje dispõem de hortifrutigranjeiros, artesanato, quitandas, desde produtos sofisticados até mínimos objetos para as camadas mais populares.

Há que se destacar a existência de feiras mais sofisticadas, como as realizadas em bienais, exposições de animais, comuns em todo o mundo, cujo objetivo é o grande comércio. No Nordeste, por exemplo, são famosas as feiras de gado em Feira de Santana, a Feira de Caruaru e da Paraíba, que deram origem a muitas cidades do interior nordestino.

Forman (1979) afirma que as feiras livres, com suas trocas, tendem a desaparecer, influenciadas pela ação dos atacadistas, embora, conforme o autor, seja um fenômeno social e econômico viável, contudo compelido pelo mundo contemporâneo. Essa posição não é compartilhada por Carlos (1994), que contra-argumenta que elas são uma fonte de subsistência de pequenos produtores e compõem um sistema de atendimento e abastecimento das camadas populares. Também Braudel (1998, p. 15) argumenta favorável à sobrevivência das feiras, registrando que

se este mercado elementar, igual a si próprio, se mantém através dos séculos é certamente porque, em sua simplicidade robusta, é imbatível, dado o frescor dos gêneros perecíveis que fornece, trazidos diretamente das hortas e dos campos das cercanias. Dados também seus preços baixos, pois esse mercado elementar, onde se vende, sobretudo “sem intermediários” é a forma mais direta, mais transparente de troca, a mais bem vigiada, protegida contra embustes.

Nesse sentido, Marx (1988) descreve no capítulo 1 de seu livro “O Capital”, a teoria do duplo valor ou caráter das mercadorias: de um lado elas são utilizadas para satisfazer as necessidades humanas – valor de uso – e, de outro, são negociadas por outras mercadorias – valor de troca. Portanto, sempre haverá mercadorias para serem trocadas, o que muda é a intensidade e o espaço em que se efetivam essas trocas.

De acordo com Velho (1999), Marx previu, de certa maneira, a decadência das feiras no século XVIII, devido ao poder de concentração e centralização da economia industrial, tornando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

O espaço da feira: características e funções

A feira, como espaço físico, configura como um local amplo, aberto, que possibilita sua ocupação por diversos tipos de atividades que se caracterizam pela aglomeração de pessoas com intensa conformação e desconfiguração de microeventos. São vendedores de frutas, verduras, licores, artesanato.

Uma característica peculiar das feiras livres é a utilização de um espaço, que é alterado com a realização e que, após, volta ao arranjo original, havendo, portanto, a necessidade de produzir, semanalmente, um espaço onde as trocas possam ser realizadas. Por meio da observação sistemática da dinâmica dessas feiras, identifica-se uma forte carga de subjetividade, que atua como elemento de coesão e que contribui, fortemente, para a formação de uma identidade comum entre aqueles que as frequentam: feirantes e fregueses.

No Brasil Colônia, as trocas de produtos eram efetivadas para atender às necessidades básicas da população e davam-se entre as comunidades circunvizinhas. A partir da demanda de comércio e deexportação, apresentada pelos portugueses, as atividades de trocas concentraram-se nos produtos tropicais e metais preciosos, a fim de suprir o mercado internacional.

No tocante à função da Feira, além de seus aspectos econômicos, valemo-nos da expressão de Braudel (1998, p. 14) para afirmar que também é “[...] seu papel [...] romper o círculo demasiado estreito de trocas normais. [...] [reconstituindo-se] nos locais habituais de nossas cidades, com suas desordens, sua afluência, seus pregões, seus odores violentos e o frescor de seus gêneros”.

Essa história, dentro e fora do espaço da feira, de caráter altamente significativo e atualizado, não é vivenciada duas vezes do mesmo modo, pois os eventos e suas histórias são únicos em cada momento vivido; eles não se repetem. Os namoros, as missas, os encontros marcados, a encomenda solicitada, as campanhas eleitorais, as visitas “ilustres” e tantas outras cenas do interior e exterior da feira são protagonizadas em decorrência do “dia de feira”.

O processo de territorialização das feiras – modalidades populares de comércio – baseou-se em aspectos do modelo colonial: traçado aparentemente irregular, passagens estreitas, poucos espaços amplos, resultando numa trama congestionada e ruidosa de comércio, num território marcado pela luta cotidiana pela sobrevivência. As feiras semanais de caráter intraurbano (de âmbito praticamente restrito ao bairro) são denominadas, em todo o Brasil, de feiras livres (MASCARENHAS, 1997).

Sobre a ideia de territorialidade como marca de uma feira livre, Raffestin (1993, p. 161), considera que esta

aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. [...] ela se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. [...] Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e grupos devem assumir.

Feiras, como locais de trabalho ou de divertimento, de negócio ou de lazer, são espaços de construções mediadas por saberes, por conhecimentos. Diversos espaços podem contribuir para uma teoria da relação com o saber, a partir de uma abordagem que considere os sujeitos – sua interação com seus pares, a dinâmica do desejo, sua fala e a atuação construídas em uma história que os articule à família, à sociedade, enfim, à espécie humana – engajados em um mundo no qual ocupam uma posição e onde se inscrevem em relações sociais (CHARLOT, 2000).

Ratificando essas palavras, o próprio Charlot (2005, p. 41) argumenta que “[...] discutir a relação com o saber é buscar compreender como o sujeito apreende o mundo e, com isso, como se constrói e transforma a si próprio: um sujeito indissociavelmente humano, social e singular”.

Entretanto, evidenciam-se, no interior da academia, posições controversas no tocante à instrumentalidade educativa da feira. Há os que a concebem como relações estritamente econômicas regulando o social, o educacional e o cultural, como também há os que a caracterizam como um ente cultural não definidor da conduta humana (BARBOSA, 2000; MORALES, 1993).

Margairaz (1988) e Pradelle (1996) questionam o conceito de feira por uma visão puramente econômica, chamando a atenção para a tendência da visão economicista em fazer dessa uma simples manifestação pontual ou um epifenômeno de um “mercado” abstrato e único. Segundo as autoras, não existe um mercado, mas sim, uma variedade de mercados, de saberes e dizeres, dos quais a feira faz parte. Evidenciam-se, nesses espaços sócio-educativo-culturais, distintas demandas que os constituem não só como lugares de oferta e procura de produtos, como também de sociabilidade, educação, cultura e territorialidade, a partir de trocas de bens e serviços, dizeres e saberes.

Sendo assim, questões como o que será vendido ou comprado, os processos de troca, a linguagem específica utilizada, as estratégias próprias de realizar abstrações matemáticas e fazer negócios, e até mesmo as motivações para ir às feiras – o que lá fazer, onde, como, com quem, até quando e por quê – deverão ser analisadas em razão das especificidades educacionais, culturais, sociais e históricas dessas feiras. Sobre essas especificidades

o que está em causa, como vimos, é a natureza do desejo no homem, é o fato de que o sujeito humano é indissociavelmente social e singular, é, de uma forma mais geral, a questão da humana condição. Pode-se, a partir dessa perspectiva antropológica, ampliar a questão da relação com o saber àquela da “relação com o aprender”. Nascido de maneira inacabada (neotênico), o filhote do homem torna-se humano somente ao se apropriar de uma parte do patrimônio que a espécie humana construiu ao longo de sua história. Ora, esse patrimônio se apresenta sob a forma de saberes (objetos intelectuais, cujo modo de ser é a linguagem), mas também de instrumentos, de práticas, de sentimentos, de formas de relações etc., que devem ser aprendidas igualmente (CHARLOT, 2005, p. 42-44).

Nessa perspectiva, as feiras são ocasiões vitais para o movimento não só de bens, mas de laços de toda a natureza, como a cognitiva, a afetiva, a social e a cultural. D’Ambrosio (2005b) alerta-nos para a existência de artefatos – códigos, representações – e de mentefatos – símbolos, mitos, produções da mente humana, experiências e pensares –, ambos incorporados à realidade.

Na feira, evidenciam-se artefatos e mentefatos, visto que a realidade é modificada por meio de olhares objetivos e subjetivos. Nela enfatizam-se atos de compra e venda de alimentos, roupas, aves, doces e peças artesanais, contudo as relações de sociabilidade que nelas se estabelecem, os saberes que se constroem e se firmam como característica social desses sujeitos, a sua estética particular e a sua ambiência – visual e sonora – são elementos que configuram esse “espaço vivido” e tecem uma vivência particular, inscrevendo-se na história das pessoas que constituem os espaços urbanos.

A leitura imediata que se tem da feira é de um espaço para atendimento das necessidades de feirantes e fregueses por vender e comprar produtos. Interpretar os conteúdos veiculados na feira – artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático – constitui-se em desafio para alcançar a proposta dialógica e dialética que a contemporaneidade requer de nós.

Relações existentes no espaço da feira

As feiras e mercados são identificados como elementos importantes na estruturação social do meio urbano, pois são constituintes de uma dinâmica específica de ocupação do espaço. Conforme Weber (1979), o aparecimento das cidades (entre 3500 a 3000 a.C.) está relacionado estreitamente às feiras, que representavam o embrião de uma nova aglomeração humana a partir da atividade comercial. Também Braudel (1998, p. 16) afirma que, frequentada em dias fixos, a feira é “[...] um centro natural da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam de ameaças às vias de

fato; é nela também que nascem alguns incidentes [...]”. A feira é, ao mesmo tempo, uma instituição fragmentada e articulada, fruto dos processos produtivos desenvolvidos pelos agentes sociais que, ao se apropriarem materialmente e simbolicamente dos espaços, evocam uma multiplicidade de sociabilidades e territorialidades, de trocas materiais e sociais (MORAIS e ARAÚJO, 2006).

Assim como a própria história do ser humano, podemos caracterizar, também, as trocas sociais como atividades antigas. Realizadas nas feiras, as trocas eram efetuadas por sujeitos de diferentes lugares, com seus diferentes produtos. Com a necessidade de deslocamento para a efetivação das trocas, as feiras constituíram-se em eventos itinerantes, oportunizando o surgimento de povoados circunvizinhos ao locus de trocas. Vale destacar o exemplo de Veneza, que, por sua localização estratégica, desenvolveu-se como um centro de comércio no século XI. Nela, eram realizadas feiras em que os mercadores armavam tendas, os cambistas trocavam moedas, artesãos fabricavam, expunham e vendiam seus produtos.

Antes do século XI, já existiam feiras e mercados na Europa, servindo apenas a regiões vizinhas e eram restritas às trocas de produtos agrícolas. Situavam-se no cruzamento de estradas importantes, pontos de encontros dos comerciantes das mais distintas localidades. Ali se efetivavam trocas de tecidos e fios, couros e peles, gado, peixe, vinho, trigo, sal, açúcar, especiarias e produtos da medicina natural.

No Brasil, as feiras surgiram, oficialmente, em 1910, por uma intervenção do poder público, como tentativa de aproximar consumidores e produtores, feirantes e fregueses, minimizando as irregularidades no fornecimento de gêneros alimentícios, que eram adquiridos cotidianamente, o que contribuiu, também, para o desenvolvimento das feiras e, conseqüentemente das cidades. O espaço das feiras foi-se reproduzindo, a fim de atender às demandas de circulação, distribuição e troca de produtos (PINTAUDI, 1981). Conforme assinala Braudel (1998), não se pode conceber uma história simples e linear do desenvolvimento dos mercados. Nesse ponto, o tradicional, o arcaico, o moderno, o moderníssimo estão lado a lado. Comparado ao comércio nos espaços fechados, o comércio da feira tem uma descontinuidade, que é expressa na produção cotidiana desse espaço de vendas, variando de acordo com o uso e apropriação do espaço por feirantes e fregueses.

Artes de dizer e Artes de nutrir no espaço da feira livre

As trocas sociais enredadas na feira são simbolizadas por uma multiplicidade de atos, gestos, movimentos e dizeres – artes de dizer, tecidos pelos sujeitos sociais, feirantes e fregueses – que a frequentam (CERTEAU, 1994). Enquanto isso, as sociabilidades imbricadas nas relações de trocas são visibilizadas como um conjunto de apropriações, usos, discursos, olhares, representados pelas ações de distintos grupos sociais, adquirindo, assim, como analisado por Raffestin (1993, p. 158),

um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

Feirantes e fregueses apropriam-se desses espaços, protagonizando espetáculos de compra, venda e permuta de variados produtos, utilizando, para isso, um arsenal próprio de estratégias, gestos e linguagens relacionadas ao nutrir, dizer e fazer, que colaboram para que a feira resista e sobreviva aos apelos modernos de compra e venda, aos encontros, às convivências.

Na prática de “fazer a feira”, dominicalmente, para adquirir o que será consumido no espaço doméstico durante a semana, inúmeros são os elementos simbólicos acionados para explicar a frequência ao território de rua e realização de trocas sociais, que podem situar-se desde a relação de confiança com o feirante e as formas de sociabilidade ali presentes e, ainda, a ideia de “pureza” dos alimentos que são adquiridos, com a possibilidade de tocá-los, escolhê-los, experimentá-los em todos os “sentidos”, projetando a “alquimia” que irá se processar no contexto da cozinha – Artes de Nutrir (CERTEAU, GIARD e MAYOL, 1996).

As Artes de Dizer

Numa feira livre, a estética é determinada, também, por sua sonoridade, que preenche o espaço de rua com a voz e a performance corporal dos feirantes, que divulgam seus produtos provocando os fregueses a manter ou mudar seu percurso, atentando para algum produto em especial ou para uma promoção inusitada. Chion (1994, p. 136) descreve essa situação como visu-auditiva, ao definir

como aquela em que o sujeito tem a sua atenção consciente dirigida para o que ouve, mas na qual aquilo que vê influencia a audição, orientando-a para certos pormenores da mensagem sonora em detrimento de outros, não ‘reforçados’ pela visão, ou fazendo com que ouça o som do ponto de onde o mesmo lhe chega acusticamente.

As sonoridades evocadas na feira caracterizam um modo de viver num espaço destinado a esse tipo de atividade. Sansot apud Vedana (2004, p. 64) afirma que “[...] a vida das ruas é introduzida a partir desta linguagem de enunciação que a caracteriza, na voz dos vendedores que marcam um compasso com a temporalidade no anúncio de suas frutas”, bem como de outros gêneros. Essa linguagem confere um caráter dinâmico e coletivo às ruas e constituem-se em formas de habitar o espaço urbano.

Certeau (1994, p. 86) inscreve essa linguagem no contexto urbano como um museu vivo de táticas, marcos de uma aprendizagem, caracterizando “[...] uma arte de dizer popular. Tão viva, tão perspicaz, quando os reconhece no contista e no camelô [...]. Sua apreciação engraçada e artística refere-se a uma arte de viver no campo do outro”. Em outra obra, Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 158) ratificam que, no comércio de rua, o feirante/comerciante é valorizado e reconhecido pela “[...] estrutura ‘oral’ característica do mercado – a ‘criée’ (uma espécie de pregão, onde todos gritam alto sua mercadoria e suas vantagens de preço etc)”. Também Bakhtin (1987, p. 132) narra que

os elementos da linguagem popular, tais como os juramentos, as grosserias, perfeitamente legalizadas na praça pública, infiltravam-se facilmente em todos os gêneros festivos que gravitavam em torno dela (até no drama religioso). A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de ‘exterritorialidade’ no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra. Claro, esses aspectos só se revelavam inteiramente nos dias de festa. Os períodos de feira, que coincidiam com estes últimos e duravam habitualmente muito tempo, tinham importância especial.

Nesse sentido, toda a afluência de palavras, performances e gestos evocados no dia de feira são formas importantes de comunicação e contribuem para os atos de dizer e fazer a feira. Elas tomam, com intensidade, o espaço da feira, acentuando as particularidades dessa forma de comércio de rua e de apropriação do espaço público (BAKHTIN, 1987).

As Artes de Nutrir

Os atos de compra e venda de alimentos na feira livre, ou seja, sua manipulação, escolha – pelo toque e pelo cheiro, apalpação e até degustação – evocam o fim último da nutrição

das pessoas dos lares aos quais se destinam. As trocas de receitas entre feirantes e fregueses, o modo peculiar de seu preparo – a limpeza inicial, o cozimento até sua chegada à mesa – são restauradas nas práticas de comércio de rua (VEDANA, 2004). Essas práticas indicam estilos de viver característicos dos sujeitos no meio urbano (VELHO, 1999).

Entre os toques e escolhas, feirantes e fregueses se olham, conversam, analisam os alimentos que vão adquirir e trocam informações sobre eles. Esses atos de compra e venda de alimentos acionados na escolha dos gêneros e levados até seu preparo, evocam uma negociação de diferentes projetos individuais e coletivos (VEDANA, 2004).

Conforme Durand (2002), a interação com o alimento a ser adquirido aproxima o corpo com as formas da comida, na ordem do simbólico e não de uma razão prática ligada ao ato de cozinhar. Ordem vinculada aos esquemas digestivos e aos símbolos da intimidade, evidenciados na relação sensorial com os alimentos. Esses gestos arquetípicos ligam-se ao simbolismo do alimento, trazendo em si um núcleo de imagens voltadas a um ciclo de vida, morte e renascimento do corpo recobrado nos atos de comer, engolir, digerir, evocando a periodicidade da feira livre retomada, semanalmente, nos atos de compra e venda no contexto urbano, permeados pela singularidade e intimidade (DURAND, 2002). Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 218-219) afirmam que

as práticas culinárias se situam no mais elementar da vida cotidiana, no nível mais necessário e no mais desprezado. [...] cozinhar é o suporte de uma prática elementar, humilde, obstinada, repetida no tempo e no espaço, com raízes na urdidura das relações com os outros e consigo mesmo [...]. Entretanto, desde que alguém se interesse pela arte culinária, pode constatar que ela exige uma memória múltipla: memória de aprendizagens, memória de gestos vistos [...].

As práticas cotidianas e os gestos articulados às artes de nutrir e ao contato com os alimentos são socialmente determinadas, constituindo formas de expressão de uma cultura particular, crenças e valores de uma dada comunidade ou grupo social (VEDANA, 2004). Na cozinha e, portanto, no ato de cozinhar, ocorre a transformação da matéria em refeição, o que carrega esse ato de plena importância e significado.

Ao eleger a feira livre para realizar suas compras, os fregueses evidenciam elementos que vão, a princípio, de uma razão prática do consumo a um menor custo até os aspectos simbólicos que envolvem seus gestos de compra – a alquimia que se processará em suas cozinhas ao preparar os alimentos para serem ingeridos, o frescor, a pureza e as características dos gêneros adquiridos.

A Etnomatemática na feira livre: Artes de Fazer

Podemos reconhecer a Etnomatemática como um movimento de reação ao discurso que estabelece a existência de uma Matemática única, convencional, sendo prestigiada e privilegiada como forma exclusiva de fazer e entender essa área do conhecimento, relegando a segundo plano, ou melhor, desconsiderando outros fazeres e conhecimentos matemáticos, que não os academicamente reconhecidos.

Trata-se de um programa de pesquisa que se apoia em amplos estudos etnográficos do saber e do fazer de distintas culturas. Recorre a análises comparativas desses saberes e fazeres, e da dinâmica cultural intrínseca a eles, contemplando aspectos cognitivos, filosóficos, históricos, sociológicos, políticos e, naturalmente, educacionais (D'AMBROSIO, 1990). Não está limitada à Matemática, mas amplia-se na análise de várias formas do conhecimento. Conquanto o nome sugira destaque na Matemática, seu estudo presume a evolução cultural da humanidade, considerando a dinâmica cultural evidenciada dessa ciência (D'AMBROSIO, 2005a).

Ao analisar as pesquisas dos pesquisadores Carraher, Carraher e Schliemann (1988) na área da psicologia cognitiva, sobre a relação entre cognição e cultura, verificamos um grande distanciamento “entre o desempenho de crianças de camadas de baixa renda em situações naturais e em situações do tipo escolar” (CARRAHER, CARRAHER e SCHLIEMANN, 1988, p. 29). As formas de ensinar e aprender a Matemática – formal, no contexto escolar; e informal, no cotidiano, como, por exemplo, as feiras livres – divergem, revelando uma competência diferenciada, acenando até mesmo para um certo privilégio no segundo caso. Conforme relato dos pesquisadores, os estudantes lançavam mão de eficientes estratégias de cálculo mental durante as vendas dos cocos, sendo que, no cotidiano escolar eram ineficientes na resolução escrita dos cálculos convencionais. As situações-problema propostas pareciam-lhes algo totalmente novo, desvinculado de seu cotidiano. É oportuno salientar que o inverso também ocorre, pois, há alunos que apresentam eficiência na resolução de situações-problema na escola e que apresentam dificuldades em situações-problema no contexto das relações sociais.

Podemos afirmar que, em seu cotidiano, as crianças e adolescentes feirantes desenvolveram estratégias pessoais para a resolução de situações-problema, por meio de mecanismos não-formais – como o cálculo mental, os arredondamentos, as estimativas – tudo isso sem o auxílio de máquinas de calcular ou sem recorrer a cálculos escritos. Apesar disso, a escola não foi capaz de validar e/ou reconhecer esse conhecimento não-

convencional como importante para as ações educativas formais, revelando discriminação ao conhecimento matemático evidenciado pelas crianças, culminando com sua reprovação.

A partir desta pesquisa, inscreveu-se um novo olhar para o conhecimento matemático, aquele não convencional ou formal, praticado em outros espaços que não sejam os escolares. O contraponto entre a Etnomatemática e a pesquisa de Carraher, Carraher e Schliemann (1988) reside na proposta de um olhar mais amplo sobre as manifestações matemáticas observadas em distintos grupos sociais e culturais e não uma alternativa para um fazer matemático extra-escolar.

Essa evidência surge como uma perspectiva de reconhecimento do valor social, político e cultural dos saberes veiculados no cotidiano, valorizando grupos étnicos, religiosos, comunitários e profissionais, e de práticas variadas, ligados à elaboração de conceitos, artes, exercícios políticos, ao lazer, ao lúdico (D'AMBROSIO, 1990) e, é claro, às feiras. Referendando-nos no “Programa Etnomatemática” de D'Ambrosio (1990), entendemos o conhecimento cognitivo e historicamente contextualizado, uma vez que fonte primeira de conhecimentos é a própria “[...] realidade na qual estamos imersos: o conhecimento manifesta-se de maneira total, holisticamente, e não seguindo padrões conceituais, normas previstas e/ou convencionais (D'AMBROSIO, 1986). Santos (2004, p. 26-27) corrobora essa argumentação, ao afirmar que

as idéias que presidem à observação e à experimentação são as idéias claras e simples a partir das quais se pode ascender a um conhecimento mais profundo e rigoroso da natureza. Essas idéias são as idéias matemáticas. A matemática fornece à ciência moderna, não só o instrumento privilegiado de análise, como também a lógica da investigação, como ainda o modelo de representação da própria estrutura da matéria.

D'Ambrosio (2005a, p. 9) define a Etnomatemática como “[...] arte ou técnica (techne=tica) de explicar, de entender, de se desempenhar na realidade (matema), dentro de um contexto cultural próprio (etno)”. Quando se refere a etno sinaliza que “etno se refere a grupos sindicais e profissionais, crianças de uma certa faixa etária”; também inclui “memória cultural, códigos, símbolos, maneiras específicas de raciocinar e inferir” concepção que está, segundo o autor, próxima de uma teoria da cognição (D'AMBROSIO, 1993, p. 9). Merleau-Ponty (2004, p. 9) salienta que

o pensamento moderno é difícil, inverte o senso comum porque tem a preocupação da verdade, e a experiência não lhe permite mais ater-se honestamente às idéias claras ou simples às quais o senso comum se apega porque elas lhe trazem tranquilidade.

A história construída, dentro e fora do espaço da feira, de caráter altamente significativo e atualizado, não é vivenciada duas vezes do mesmo modo, pois os eventos e suas histórias são únicos em cada momento vivido; eles não se repetem. Conforme Merleau-Ponty (2004, p. 23),

as coisas não são, portanto, simples objetos neutros que contemplaríamos diante de nós; cada uma delas simboliza e evoca para nós uma certa conduta, provoca de nossa parte reações favoráveis ou desfavoráveis, e é por isso que os gostos de um homem, seu caráter, a atitude que assumiu em relação ao mundo ao seu exterior são lidos nos objetos que ele escolheu para ter à sua volta, nas cores que prefere, nos lugares onde aprecia passear.

Ao aproximar Etnomatemática e feira livre, pretendemos tornar válidos os saberes/fazeres de feirantes e fregueses, portadores de um universo de experiências construídas em seu cotidiano, bem como, identificar as formas como utilizam a Matemática em dia de feira. A compra e a venda de alimentos podem estar carregadas de significados que ultrapassam a razão prática e o conhecimento de técnicas convencionais das operações matemáticas. Cotidianamente, são utilizados cálculos mentais, estratégias econômicas de cálculo escrito, instrumentos de medidas não-padronizados, conformando, desse modo, uma dinâmica específica de fazer e entender a matemática em dia de feira, e demarcando uma territorialidade peculiar dos sujeitos que a constroem.

Nesse sentido, analisamos as estratégias não-convencionais/formais e os modos operantes utilizados por feirantes e fregueses em seu contexto. Constatou-se, com isso, a constituição de um espaço comunicacional de efetiva troca de saberes, primordial para a construção do fazer etnomatemático, que tem seus princípios fundamentados nos encontros interculturais, com ênfase dialógica, embasada no respeito mútuo e nas diferenças individuais, bem como na valorização do sujeito e suas subjetividades.

À guisa de conclusão

Na composição deste trabalho, empenhamo-nos em desenvolver uma investigação sobre as práticas cotidianas no contexto de uma feira livre, a partir da análise das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático dos sujeitos sociais – feirantes e fregueses – que fazem, dominicamente, a feira. Identificamos os saberes e fazeres evidenciados nessas artes que contribuem para a produção do espaço urbano de Montes Claros.

Considerando as reflexões teóricas apresentadas pelos autores, tomamos como ponto de partida os gestos e vozes, ações e narrações daqueles sujeitos. Por meio deles, fizemos nossa análise sobre a importância da Feira Livre na vida das pessoas e sua efetiva contribuição para o desenvolvimento social dos habitantes do bairro Major Prates, e de outros, que frequentam aquele espaço a fim de adquirir produtos necessários à sua subsistência e vender o que produzem.

Destacamos a possibilidade de unir elementos, como as artes de fazer de Certeau (1994) à Etnomatemática de D'Ambrósio (1996), compreendendo um novo elemento teórico, capaz de justificar a empiria apresentada em nossa dissertação.

Para os feirantes, a noção do todo é mais importante que a de unidade; as quantidades estão vinculadas a valores da cultura. A noção de problema matemático é diferente daquela dos espaços escolares. Consiste em buscar soluções para questões reais, como realização de trocos; cálculo de lucros com a feira dominical, possíveis gastos com transporte para deslocamento dos produtos, rendimento familiar com a feira; realização de medidas não-convencionais, tempo de duração da feira; definição de preços para fazer concorrência – por exemplo, com os sacolões –, sem ter prejuízos; comparação dos negócios e lucros com outros espaços de venda; tempo em que aparecem as frutas da época e estratégias pessoais para garantir certas provisões.

Ansiosos por realizar, vender sua feira, esses feirantes não têm como objetivo encontrar respostas exatas, mas soluções viáveis. Ao resolver um problema, pensam em todas as variáveis ligadas a eles e não apenas nos dados informados. Assim, as respostas aproximadas são mais valorizadas e mais reais do que cálculos abstratos e exatos, como temos costume de verificar nos espaços formais. Ficou-nos a certeza de que existem várias formas de pensar, que dependem do contexto vivido pelos sujeitos.

O estudo da Feira oportunizou-nos o envolvimento com nossa cotidianidade e, nesse processo de investigação, também prestigiar e caracterizar a Feira como manifestação de um espaço sócio-cultural, cujas cenas e passagens são construídas pelos sujeitos locais, por meio da articulação de redes sociais como um instrumento próprio de fortalecimento da feira.

Destacamos, aqui, o papel da Associação de Feirantes da Feira Livre do Major Prates, constituindo um fórum privilegiado em que os feirantes expõem suas ideias, sonhos, anseios, efetivando sua participação cidadã, articulando o contexto local (feira) ao contexto global (cidade e região norte-mineira). Naquele contexto, é reforçado o pertencimento dos sujeitos que “fazem a feira” a seu território de negociações e

convivências, confrontando seu posicionamento ao do Poder Público na implementação de melhorias e, portanto, fomentando o desenvolvimento social do espaço da Feira.

É possível reconhecer que, não obstante os problemas que tenha, a Feira constitui espaço privilegiado para a compra de produtos de boa procedência e qualidade atestada por quem já os experimentou. Também as evidências das interações e do atendimento diferenciado dispensado pelos feirantes aos fregueses justificam a frequência e a fidelidade a ela.

Os recursos do plano de observação e das entrevistas foram os procedimentos básicos de nossa pesquisa, dos quais tomamos as artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático como categorias de análise. Todas essas artes colaboram para a produção daquele espaço público.

As jocosidades, o riso, as performances, o modo peculiar de anunciar a circularidade da vida relacionam-se às artes de dizer. São denotadas sociabilidades, conversas e interações que fazem daquele espaço um lugar de encontros e convivências, da articulação de experiências e tessitura de saberes, do compartilhamento de intimidades para celebração das colheitas da vida, aspectos difíceis de se encontrar, por exemplo, em supermercados ou em outros espaços mais confortáveis de compra.

As escolhas dos fregueses relacionadas ao nutrir evocam tradições, rituais e complexidades de estilos de viver. Na prática, dominical, de fazer a feira com o objetivo de adquirir os produtos a serem consumidos durante a semana, evidenciam-se elementos simbólicos presentes na relação de confiança entre fregueses e feirantes, na certeza da “boa” procedência dos produtos e na possibilidade do toque, da degustação das escolhas até a transformação da matéria em alimento a ser consumido pela família, pelos amigos. São compartilhados, também, sabores e conhecimentos, como evidenciou alguns clientes em seus gestos de escolha dos alimentos, preferindo uns e preterindo outros – gestos que se repetem à mesa no momento de degustação do alimento.

Nas práticas dominicais de comercializar, interagir e até mesmo efetivar “os agradados”, atribuindo um valor simbólico ao valor de compra dos alimentos adquiridos, estão presentes as artes de fazer etnomatemático. Nas operações matemáticas evidenciadas na Feira, identificamos um modo peculiar de medir, calcular, estimar, arredondar que possibilita aos feirantes a resolução de seus próprios problemas ao “fazer a feira”, fazendo aflorar um saber-fazer próprio, uma autonomia do pensamento, que recria a Matemática e revela novos conceitos aritméticos a partir de sua leitura de mundo e da lógica intrínseca do “fazer a feira”. Conforme D’Ambrósio (1996, p. 129), “não se pode definir critérios de superioridade entre manifestações culturais. Devidamente contextualizada, nenhuma

forma pode-se dizer superior a outra”. Esse é um dos princípios da Etnomatemática: não existe um jeito melhor ou mais privilegiado de pensar, de saber, de nos entender em nossa cultura e realidade e, sim, modos distintos de conhecê-la e explicá-la. Assim, a interculturalidade constitui uma riqueza para os sujeitos que “fazem a feira”.

Outro aspecto de nossa pesquisa digno de destaque é que verificamos que a Feira do Major Prates tem-se consolidado por sua vocação marcadamente hortifrutigranjeira, bem como pela possibilidade de convivência familiar das pessoas que a frequentam para se nutrir, divertir e trabalhar. As atividades ali desenvolvidas – comerciais ou não – impactam a vida de seus frequentadores através da dinâmica sócio-econômica ali instalada: os sujeitos sociais daquele território vendem seus produtos, nutrem-se do que é oferecido ali mesmo e compartilham saberes e fazeres, que fazem a Feira forte, pois ela tem-se expandido a cada ano. Analisando seu início com duas bancas, sua expansão na década de 80 para cerca de cinquenta bancas e hoje sua composição com cento e vinte barracas, além de uma lista de espera de feirantes em potencial, é que se nos revela sua funcionalidade e sua vocação de economia popular, na qual os sujeitos se unem para gerar emprego, renda e sobreviver, compartilhando laços de solidariedade, cooperação, autogestão comunitária e, portanto, protagonismo social.

As vozes dos entrevistados denunciam a necessidade do cumprimento das normas de higiene, organização, infraestrutura propostas para aquele empreendimento. “Ainda há muito por fazer, nessa Feira: ampliação do número de sanitários públicos, troca das lonas, doação de cerca de cinquenta barracas para quem está na ‘fila de espera’ aguardando a oportunidade de ter o seu cantinho”, como destaca o presidente da Associação de Feirantes. Sobretudo, ele revela, em suas palavras, o apego e a preferência pela Feira, requerendo um conforto para os que dela sobrevivem e se nutrem.

Os apontamentos de nosso trabalho corroboram as teorias dos autores nele utilizados, ao demonstrar como os sujeitos que fazem a Feira, colaboram para que aquele seja um “espaço praticado” de desenvolvimento sócio-cultural com evidências de uma Etnomatemática peculiar a seus saberes e fazeres.

Destarte, desejamos que as experiências aqui narradas contribuam para: a implementação de outras experiências de feiras livres com vocação hortifrutigranjeira; a evidência da Etnomatemática como um importante programa e como possibilidade de diferentes culturas contribuírem para o entendimento e expressão dos saberes e fazeres cotidianos; o despertar de pesquisadores que têm o desejo de enveredar pela seara aqui

apresentada e, também, que sirva como um ponto de partida para novas investigações e outras abordagens acerca da Feira e da Etnomatemática.

Referências

BAKHTIN, M.M. *A cultura popular na Idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec / Brasília: EdUnB, 1987.

BARBOSA, F.C. *A Feira de São Cristóvão como espaço de interconexão de universos sociais*. Niterói: EdUFF, 2000.

BOURDIEU, P. *As formas do capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

BRAUDEL, F. *Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CARLOS, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

CARRAHER, D. CARRAHER, T N; SCHLIEMANN, A. *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo: Cortez, 1988.

CERTEAU, M de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, M de; GIARD, L; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARLOT, B. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARLOT, B. *Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHION, M. *Músicas, media e tecnologias*. Coleção Biblioteca Básica de Ciência e Cultura. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

D'AMBROSIO, U. *Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática*. São Paulo: Summus, 1986.

D'AMBROSIO, U. *Etnomatemática: arte ou técnica de explicar e conhecer*. São Paulo: Ática, 1990.

D'AMBROSIO, U. *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. 2. ed., 2. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2005a.

D'AMBROSIO, U. *Etnomatemática: uma nova abordagem sobre a construção do conhecimento revolucionaria a aplicação das disciplinas na escola*. Revista Nova Escola, São Paulo, n. 69, p. 10-17, ago. 1993.

D'AMBROSIO, U. *Sociedade, cultura, matemática e seu ensino*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 99-120, jan./abr. 2005b. DOI: 10.1590/S1517-97022005000100008

- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- JAPIASSU, H. F. *Epistemologia: o mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- MARGAIRAZ, D. *Foires et marches dans la France préindustrielle*. Paris: EHESS, 1988.
- MARTINS, G de A. *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MASCARENHAS, G. *Modernidade urbana e flexibilidade tropical: as feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934)*. *Revista GeoUerj*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 29-41, 1997.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. v. 1 e 2. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1974.
- MERLEAU-PONTY, M. *Conversas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MORAIS, I. R. D; ARAÚJO, M. A. A. *Territorialidades e sociabilidades na feira livre da cidade de Caicó (RN)*. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 7, n. 17, p. 244-249, fev. 2006.
- MORALES, L. A. *A Feira de São Cristóvão: um estudo de identidade regional*. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- PINTAUDI, S. M. *Supermercados na Grande São Paulo: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles*. 1981. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- PRADELLE, M. de la. *Les Vendredis de Carpentras. Faire son Marché, en Provence ou Ailleurs*. Paris: Fayard, 1996.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REZENDE, A. *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- SANTOS, B. de S.. *Um discurso sobre as ciências*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- VEDANA, V. *“Fazer a Feira”*: estudo etnográfico das “Artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2004. 251f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WEBER, M.. *Conceitos e categorias da Cidade*. Tradução de Antônio Carlos Pinto Peixoto. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Texto recebido: 18/03/2017

Texto aprovado: 19/03/2017